

Grazziotin
Financeira S.A.
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à sua apreciação, os resultados obtidos, bem como as atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2022.

Situação Econômico-Financeira

O segundo semestre de 2022 seguiu apresentando na taxa de juros em alta (Selic 13,75%) e alerta para o endividamento da população.

Com isto tivemos aumento na provisão de perdas esperadas como um reflexo das dificuldades diante do cenário econômico, o que impactou diretamente na vida das famílias brasileiras e por consequência em aumento da inadimplência o que ocasionou maiores provisionamentos.

No decorrer do exercício, as políticas de crédito de CPP sofreram ajustes com intuito de mitigar os riscos de crédito e controlar os impactos da inadimplência, bem como considerando reduzir o risco de superendividamento do cliente com a CIA, com isto as novas safras vem apresentando tendencia de melhora nos índices e por consequência menor perda ao decorrer do contrato.

Diante a situação de imprecisão da economia trazida pelo cenário econômico mundial (reflexos da crise gerada pela pandemia covid 19 e guerra na Europa) e também pela incerteza nacional frente ao período de eleições presidenciais, as operações da empresa foram mantidas em âmbito interno (apenas para clientes da controladora) e sob avaliação de risco constante.

Crédito e financiamento

Crédito Pessoal

A estratégia de concessão de Empréstimos manteve-se inalterada, apenas aos clientes já cadastrados na controladora e com bom perfil.

Esta estratégia permite riscos de perdas significativamente menores do que as existentes no mercado.

Crédito Direto ao Consumidor

Estas operações são efetuadas conforme necessidades da controladora.

Resultado obtido

O lucro líquido obtido no exercício 2022 foi de R\$ 4.231 (R\$ 4.236 no exercício de 2021).

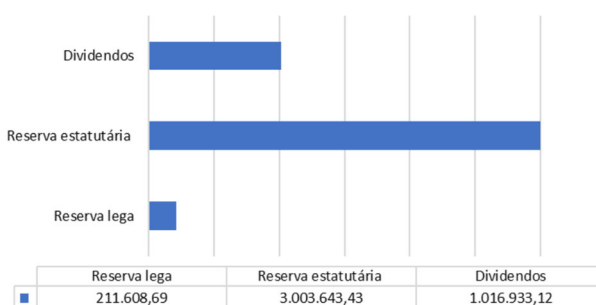
O resultado é decorrente das operações de crédito pessoal e das vendas por CDC da controladora.

Política de distribuição de resultados - reinvestimento

O Estatuto Social da empresa, rege a distribuição de lucros e dividendos como segue:

- reserva legal: 5%
- reserva estatutária: 70%
- dividendos: 25%

Desta forma, o lucro do exercício fica distribuídos da seguinte forma:



Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é considerado um dos elementos essenciais na condução das atividades da Financeira, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basiléia II.

O gerenciamento de riscos é regulamentado pela resolução nº 4.557 de 23/02/17, segundo a qual a Financeira estrutura suas políticas e diretrizes para a atividade de gerenciamento dos riscos.

Dentre todos, destacamos o Risco Operacional, cuja gestão segue contemplando a adoção das melhores práticas de mercado e a adequação aos normativos pertinentes e suas alterações e/ou inovações.

Entendemos que o olhar e a atenção com relação ao controle dos riscos operacionais é uma constante e que envolve todas as áreas da Financeira e da controladora, bem como dos correspondentes bancários.

Em 31/12/2022 o índice de Basiléia foi apurado em 60%, desempenho bem posicionado com relação ao limite considerado saudável que é de 11%.

BASILÉIA		
2020	2021	2022
44,94	94,98	60,00

Passo Fundo, 17 de março de 2023.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grazziotin Financiadora S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP-295315/O-4

Grazziotin Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Diponibilidades	4	<u>2.201</u>	<u>194</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>27.237</u>	<u>6.518</u>
Instrumentos financeiros		<u>67.465</u>	<u>36.958</u>	Recursos de aceites cambiais		<u>27.237</u>	<u>6.518</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	2.729	Recursos de aceites cambiais	8	27.237	6.518
Operações de crédito	6	67.465	34.229	Outros passivos		<u>2.485</u>	<u>2.155</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	<u>(13.988)</u>	<u>(3.498)</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		80	44
Ativo fiscal diferido	11	<u>2.668</u>	<u>1.199</u>	Fiscais e previdenciárias		521	771
Outros ativos	7	<u>954</u>	<u>193</u>	Dividendos a pagar		1.017	1.074
Ativo permanente		<u>9</u>	<u>0</u>	Outras obrigações - diversas	9	867	266
TOTAL DO ATIVO		59.309	35.046	Patrimônio líquido	10	<u>29.587</u>	<u>26.373</u>
				Capital Social		18.000	18.000
				Reserva legal		2.201	1.990
				Reserva estatutária		9.386	6.383
				TOTAL DO PASSIVO		59.309	35.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grazziotin Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	12	21.550	40.328	17.955
Rendas de operações de crédito		21.550	40.326	17.846
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		-	2	109
Despesas de intermediação financeira		(12.271)	(20.571)	(3.480)
Operações de captação no mercado	16.d	(2.945)	(4.132)	(319)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.326)	(16.439)	(3.161)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.279	19.757	14.475
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.043)	(12.826)	(7.389)
Receita de prestação de serviços		540	1.040	1.303
Remuneração dos Administradores	16.b	(823)	(1.641)	(1.504)
Despesas de pessoal		(444)	(860)	(439)
Outras despesas administrativas	14	(4.284)	(8.915)	(6.652)
Despesas tributárias	15	(974)	(1.854)	(918)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(58)	(596)	821
Resultado operacional		3.236	6.931	7.086
Outras receitas		204	204	43
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.440	7.135	7.129
Imposto de renda e contribuição social		628	(2.904)	(2.893)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.a	(218)	(4.373)	(4.092)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.b	846	1.469	1.199
Lucro líquido do período e exercício		4.068	4.231	4.236
Quantidade de ações do capital social		200.000	200.000	200.000
Lucro líquido/(prejuízo) por ação		0,0203	0,0212	0,0212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Graziotin Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	4.068	4.231	4.236
Resultado abrangente total	<u>4.068</u>	<u>4.231</u>	<u>4.236</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Grazziotin Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2021		18.000	1.778	3.433	-	23.211
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.236	4.236
Constituição de reserva legal		-	212	-	(212)	-
Reserva Estatutária		-	-	3.023	(3.023)	-
Destinação do lucro		-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	(73)	(1.001)	(1.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	18.000	1.990	6.383	-	26.373
Mutações do patrimônio		-	212	2.950	-	3.162
Saldos em 01 de janeiro de 2022		18.000	1.990	6.383	-	26.373
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.231	4.231
Constituição de reserva legal		-	211	-	(211)	-
Reserva Estatutária		-	-	3.003	(3.003)	-
Destinação do lucro		-	-	-	(1.017)	(1.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	18.000	2.201	9.386	-	29.587
Mutações do patrimônio		-	211	3.003	-	3.214
Saldos em 01 de julho de 2022		18.000	1.998	6.538	-	26.536
Lucro líquido do semestre		-	-	-	4.068	4.068
Constituição de reserva legal		-	203	-	(203)	-
Reserva Estatutária		-	-	2.848	(2.848)	-
Dividendos a pagar		-	-	-	(1.017)	(1.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	18.000	2.201	9.386	-	29.587
Mutações do patrimônio		-	203	2.848	-	3.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Graziotin Financeira S.A Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre e exercício	4.068	4.231	4.236
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	8.698	19.343	6.054
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.326	16.439	3.161
Imposto de renda e contribuição social	218	4.373	4.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(846)	(1.469)	(1.199)
Resultado líquido ajustado	12.766	23.574	10.290
Variações nos ativos e passivos			
Aumento/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.729	(714)
Aumento/Redução em operações de crédito	(5.827)	(39.185)	31.354
Aumento/Redução em outros créditos	(222)	(761)	(139)
Aumento/Redução em outras obrigações	(646)	845	1.696
Aumento/Redução em aceites cambiais	(3.808)	20.719	(39.628)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(218)	(4.831)	(5.389)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.045	3.090	(2.530)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(3)	(9)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3)	(9)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de Dividendos	-	(1.074)	(685)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	-	(1.074)	(685)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.042	2.007	(3.215)
No início do semestre e exercício	159	194	3.409
No fim do semestre e exercício	2.201	2.201	194
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.042	2.007	(3.215)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Grazziotin Financeira S/A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) instituição financeira privada nacional, com sede em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, foi constituída em 2004 e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal, financiamento e investimento. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, e recebeu autorização em 30/06/2003 pelo Banco Central do Brasil (BCB) para realizar todas e quaisquer operações de crédito, financiamento e investimento. A acionista Trevi Participações Ltda. é sua controladora e possui 99,99% das ações.

As atividades operacionais da Financeira tem o intuito de oferecer aos clientes das lojas do Grupo Grazziotin, financiamento através do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Crédito Pessoal, atendendo as necessidades financeiras dos clientes.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Grazziotin Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (“Financeira”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 17 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos semestralmente.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

f. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, utilizando para isso os limites máximos de cada nível de risco, estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. Como demonstrado na tabela abaixo:

Classe de Risco	Provisão Mínima %	Provisão Máxima %
A	0,50%	0,99%
B	1,00%	2,99%
C	3,00%	9,99%
D	10,00%	29,99%
E	30,00%	49,99%
F	50,00%	69,99%
G	70,00%	99,99%
H	100%	100%

A Financeira adota o previsto no Art. 5º da Resolução 2.682/99 para fins de alocação de rating inicial nas operações de crédito considerando o montante da transação ser inferior a R\$ 50.000,00:

“As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A”

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

Os juros referentes às operações de crédito em dia e vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, operações vencidas a partir do 60º dia ou renegociadas, os juros somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida são avaliados, anualmente, a fim de identificar indicativos de impairment, caso seja constatado algum indício de desvalorização os ativos são submetidos ao teste de impairment. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de impairment, anualmente, independentemente de apresentarem indicativos de desvalorização.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor justo do ativo líquido dos custos de venda e seu valor em uso.

i. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15% e 16%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2.2% e 4.2%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração.

Em decorrência da Lei nº 14.183/2021, no período compreendido entre julho e dezembro de 2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi majorada de 15% para 20%. A partir de janeiro de 2022, a CSLL retornou para a alíquota de 15%. No entanto em decorrência da MP 1.115 de 04/2022 a alíquota de CSLL foi novamente majorada passando de 15% para 16%, permanecendo assim até 31 de dezembro de 2022.

j. Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

- Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os semestres de 2022 e 2021, o resultado da Financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

l. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis

A Resolução CMN nº 4.966 de 25 de Novembro de 2021 veio estabelecer novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Grazziotin Financeira S.A. enquadra-se no segmento S5, por este motivo poderá aderir a metodologia simplificada de apuração de provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a empresa segue avaliando internamente as alterações que a nova norma traz e projetando a implementação, também buscando que esteja de acordo com as normas do IFRS 9.

Entendemos que existe internamente uma gestão para controlar os riscos das operações, pois a política de concessão de crédito baseia-se no endividamento interno do cliente, considerando todas as linhas de crédito e produtos ofertados.

A Financeira vem realizando estudos em seu rating, considerando perfil e média de dias de atraso de seus clientes com objetivo de que na implantação efetiva da resolução já tenha dados e estudo histórico suficientes para que sua provisão de perdas considere índices muito próximos de sua realidade.

Reiteramos que a Financeira já tem implantado desde outubro de 2021 um estudo de rolagem da carteira com o qual ajustou seus índices de PDD ao limite das classes da Resolução CMN nº 2682/99 com a avaliação do Bacen.

A Financeira acredita que o maior impacto se dará em virtude das apropriações dos contratos que estarão em atraso, pois a Resolução CMN nº 4.966/21 traz em seu Artigo 3º inciso I – *atraso superior a 90(noventa) dias no pagamento do principal ou de encargo*. Neste sentido a Financeira apropriará em seu resultado 30 dias a mais de rendas do que apropria hoje (60dias), conseqüentemente terá uma carga tributária maior.

4 Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Disponibilidades (a)	<u>2.201</u>	<u>194</u>
Total	<u>2.201</u>	<u>194</u>

(a) Disponibilidades são representadas por depósitos bancários.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2022	2021
Depósitos interfinanceiros (a)	<u>-</u>	<u>2.729</u>
Total	<u>-</u>	<u>2.729</u>

(a) São aplicações com indexador de 95 a 97% CDI em 2021 e classificadas como mantidas até o vencimento.

6 Operações de crédito

As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de CDC. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

a. Composição da carteira de crédito por segmento

	2022	2021
Empréstimos – Crédito Pessoal	34.496	31.745
Financiamento – Crédito Direto ao Consumidor	<u>32.969</u>	<u>2.484</u>
Total	<u>67.465</u>	<u>34.229</u>
Circulante	66.338	28.410
Realizável a longo prazo	<u>1.127</u>	<u>5.819</u>
Total	<u>67.465</u>	<u>34.229</u>

b. Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total 2022	Total 2021
Pessoas físicas	<u>34.496</u>	<u>32.969</u>	<u>67.465</u>	<u>34.229</u>
Total da carteira	<u>34.496</u>	<u>32.969</u>	<u>67.465</u>	<u>34.229</u>

c. Composição da carteira por faixas e vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

Vencimento	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total 2022	Total 2021
Vencidos	8.597	3.992	12.589	3.367
A Vencer				
Até 3 meses	11.886	14.373	26.259	11.328
De 3 a 12 meses	12.930	14.560	27.490	17.088
Acima de 12 meses	1.083	44	1.127	2.446
Total da carteira	34.496	32.969	67.465	34.229

d. Composição da carteira de crédito por nível de risco

Provisão em 2022

Nível	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total	(Resolução n ° 2.682/99)				
				% Mínimo	% Adicional (i)	% em R\$	% em R\$	Total 2022
A	25.555	19.194	44.749	0,50%	225	0,49%	220	445
B	2.532	1.930	4.462	1,00%	46	1,99%	90	136
C	1.165	1.072	2.237	3,00%	68	6,99%	157	225
D	902	934	1.836	10,00%	186	19,99%	368	554
E	982	984	1.966	30,00%	592	19,99%	395	987
F	1.047	892	1.939	50,00%	971	19,99%	390	1.361
G	976	971	1.947	70,00%	1.365	29,99%	586	1.951
H	1.337	6.992	8.329	100,00%	8.329	0,00%	-	8.329
Total	34.496	32.969	67.465		11.782		2.206	13.988

Provisão em 2021

Nível	Empréstimos CPP	Financiamento CDC	Total	(Resolução n ° 2.682/99)				
				% Mínimo	% Adicional (i)	% em R\$	% em R\$	Total 2021
A	26.094	563	26.657	0,50%	(133)	0,49%	(129)	(262)
B	1.887	86	1.973	1,00%	(20)	1,99%	(39)	(59)
C	1.218	72	1.290	3,00%	(39)	6,99%	(89)	(128)
D	847	76	923	10,00%	(92)	19,99%	(179)	(271)
E	732	113	845	30,00%	(254)	19,99%	(162)	(416)
F	391	160	551	50,00%	(276)	19,99%	(106)	(382)
G	226	1.200	1.426	70,00%	(988)	29,99%	(428)	(1.416)
H	350	214	564	100,00%	(564)	0,00%	-	(564)
Total	31.745	2.484	34.229		(2.366)		(1.132)	(3.498)

(i) A partir do mês outubro de 2021 a financiadora passou a adotar os limites máximos de provisão para crédito de liquidação duvidosa constantes na Resolução 2.682/99.

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Dez/2022	Dez/2021
Saldo inicial	3.498	367
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16.438	3.161
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-
Créditos baixados contra prejuízo (a)	<u>(5.948)</u>	<u>(30)</u>
Saldo final	<u>13.988</u>	<u>3.498</u>

- (a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.e. No exercício de 2022 foram recuperados R\$ 138 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2021) dos valores baixados como prejuízo. A Financeira iniciou em novembro de 2022 um projeto de renegociação, para títulos com atraso maior que 61 dias, este processo está em análise de aderência e a empresa avaliará os resultados no final do primeiro trimestre de 2023.

f. Concentração da carteira de crédito

	Dez/2022	Dez/2021
Dez maiores devedores	62	53
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,091%	0,15%
Cinquenta maiores devedores seguintes	253	223
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,375%	0,64%

7 Outros ativos

	2022	2021
Devedores diversos - País (a)	948	43
Impostos a recuperar (b)	<u>6</u>	<u>150</u>
Total - Circulante	<u>954</u>	<u>193</u>

- (a) O valor de devedores diversos país referem-se a valores nas operações de empréstimos e financiamentos com a controladora indireta Grazziotin S.A.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 6 refere-se a impostos pagos a maior (R\$ 150 em dezembro de 2021).

8 Recursos com aceites cambiais

	2022	2021
A vencer de 1 a 3 anos (a)	<u>27.237</u>	<u>6.518</u>
Total – Realizável a longo prazo	<u>27.237</u>	<u>6.518</u>

- (a) Referem-se a valores aplicados pela controladora indireta Grazziotin S/A mediante aquisição de letras de câmbio. Essas operações não tem restrição de resgate antecipado, porém, a controladora não tem qualquer intenção de realizar resgates, ou seja, as operações serão mantidas até o vencimento. As taxas pactuadas nestas operações variam de 150% a 130% (115% a 150% em 2021) do Depósito Interfinanceiro (DI).

9 Outras obrigações – Diversas

	2022	2021
Credores diversos - País (a)	797	170
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	-	51
Obrigações trabalhistas	<u>70</u>	<u>45</u>
Total - Circulante	<u>867</u>	<u>266</u>

- (a) O valor de credores diversos país referem-se a valores com a venda de operações de créditos e financiamentos realizados pela controladora indireta Grazziotin S/A nas lojas do grupo.
- (b) Refere-se a pagamentos a fornecedores a vencer nos próximos 30 dias.

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária

É constituída conforme estatuto social onde não poderá exceder 80% do capital social e tem por finalidade o financiamento do capital de giro da Companhia.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76 alterada pela lei 10.303/01.

Os dividendos foram assim pagos:	2022	2021
Trevi Participações Ltda.	1.074	685
TOTAL	1.074	685

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.232	4.236
(-) Reserva legal	(212)	(212)
(-) Reserva estatutária	(3.003)	(3.023)
Base de cálculo dos dividendos	1.017	4.024
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	1.017	1.001
Dividendos complementares distribuídos, aprovados em ata	-	73
Total de dividendos	1.017	1.074

11 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Reconciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva:

	2º Sem. 2022	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.440	7.135	7.129
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	(4.275)	2.227	3.130
Diferenças temporárias de provisões	10.957	19.614	5.363
(-) Exclusões por perdas fiscais	(15.232)	(17.387)	(2.233)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(835)	9.362	10.259
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	342	(3.838)	(4.092)
Outros ajustes impostos correntes	(560)	(535)	-
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(218)	(4.373)	(4.092)

b. Ativo fiscal corrente diferido

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2022, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

Composição por base de diferimento

	2022			2021
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
Itens base do diferimento				
Perdas estimadas associadas ao risco de crédito	1.785	883	2.668	1.199
Total	1.785	883	2.668	1.199

Apuração

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e provisões passivas não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social:	5.885	3.498
Crédito tributário líquido constituído – Imposto de renda – 25%	1.471	750
Crédito tributário líquido constituído – Contribuição social – 15%	883	449
Outros ajustes impostos diferidos	314	-
Total	2.668	1.199
Circulante	2.436	1.185
Realizável a longo prazo	232	14

Movimentação

	2022	2021
Saldo inicial crédito tributário diferido	1.199	-
Imposto de renda	908	750
Contribuição social	561	449
Saldo final crédito tributário diferido	2.668	1.199
% sobre o patrimônio líquido	11,09%	4,55%

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2022	2021
2023	2.436	1.185
2024-2025	232	14
Saldo final crédito tributário diferido	2.668	1.199

Valor presente dos créditos tributários

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/7/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de captação de 13,75% a.a. (6,47% em dezembro 2021), está representado por R\$ 798 (R\$ 421 em dezembro de 2021) referentes ao imposto de renda e R\$ 493 (R\$ 242 em dezembro de 2021) referentes a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Financeira não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

12 Receitas de intermediação financeira

	2º Sem. 2022	2022	2021
Receita com juros contratuais	21.550	40.326	17.846
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	2	109
Total	<u>21.550</u>	<u>40.328</u>	<u>17.955</u>

13 Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas operacionais são compostas pelas receitas oriundas de juros de mora e multa sobre as operações de crédito liquidadas em atraso e correspondem à R\$ 2.563 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 747 mil em 31 de dezembro de 2021) e pelos descontos concedidos em virtude de pagamento antecipado de parcelas no montante de R\$ 3.159 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.090 mil em 31 de dezembro de 2021).

14 Outras despesas administrativas

	2º Sem. 2022	2022	2021
Despesas comerciais (a)	(3.329)	(7.228)	(4.352)
Despesas com processamento de dados	(317)	(565)	(372)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(328)	(546)	(354)
Despesas com propaganda e publicidade	(202)	(349)	(294)
Outras	(108)	(227)	(177)
Total	<u>(4.284)</u>	<u>(8.915)</u>	<u>(6.652)</u>

- (a) Em dezembro de 2022 do montante da conta de despesas comerciais, R\$ 6.106 (R\$ 3.157 em 2021), referem-se a despesas de comissionamento ao varejo e R\$ 1.122 (R\$ 1.195 em 2021) refere-se a TAC (tarifa de cadastro) repassada ao varejo.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 155 (R\$ 86 em 2021) representam custos de transações realizadas com auditores externos, R\$ 313 (R\$ 256 em 2021) representam custos com consultoria externa e R\$ 78 (R\$ 12 em 2021) representam custos com prestação de serviços de cobrança.

15 Despesas tributárias

	Aliquota	2º Sem. 2022	2022	2021
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%	(136)	(259)	(128)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%	<u>(838)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(790)</u>
Total		<u>(974)</u>	<u>(1.854)</u>	<u>(918)</u>

16 Transações com partes relacionadas e saldos

a. Controladores diretos e indiretos

A Grazziotin Financeira S.A. é controlada pela Trevi Participações Ltda. Esta tem 99,99% das ações, enquanto a Trevi Participações Ltda. é controlada pela Grazziotin S.A., e o percentual de controle da Grazziotin S.A. sobre a Trevi é de 99,99%.

	Grazziotin S/A		Administradores		Trevi Participações	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo						
Prestação de Serviços CDC/PPP(b)	946	39				
Total Ativo	946	39				
Passivo						
Prestação de Serviços CDC/PPP(b)	(741)	(170)				
Captação de Recursos(c)	(27.237)	(6.518)				
Dividendos	-	-			(1.017)	(1.074)
Total Passivo	(27.978)	(6.688)			(1.017)	(1.074)
Resultado						
Remuneração	-	-	1.344	1.228		
Encargos sociais	-	-	297	276		
Captação de Recursos(c)	4.132	319	-	-		
Total Resultado	4.132	319	1.641	1.504		

b. Prestação de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração a empresas relacionadas, pertencente ao mesmo grupo econômico.

c. Captação de recursos

A captação de recursos oriunda de partes relacionadas (compostas por acionistas e demais empresas do grupo econômico), são remuneradas a taxas que variam de 130% a 150% do Depósito Interfinanceiro (DI), a qual obedece às condições praticadas no mercado, nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, proporcionou, na forma de saldo em captação e juros apropriados as partes relacionadas conforme demonstrado no quadro acima,

17 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Financeira não possuía causas trabalhistas, cíveis e fiscais com probabilidade de perda provável e/ou possível que devessem ser provisionadas e divulgadas.

18 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão integrada de risco

O gerenciamento de riscos é considerado um dos elementos essenciais na condução das atividades da Financeira, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basiléia II. Entre os principais riscos gerenciados pela Financeira, destaca-se, o operacional, o de mercado, o de crédito e o de liquidez, cujas estruturas estão apresentadas a seguir.

O gerenciamento de riscos é regulamentado pela resolução nº 4.557 de 23/02/17, segundo a qual a Financeira estrutura suas políticas e diretrizes para a atividade de gerenciamento dos riscos.

b. Risco de mercado

Define-se risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas instituições financeiras.

A gestão dos riscos de mercado pela Financeira, consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.

A exposição da Financeira ao risco de mercado é reduzida, devido à Financeira não operar com ativos de maior risco, tais “commodities” e moedas estrangeiras.

c. Risco de crédito

O risco de crédito define-se como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A gestão do risco de crédito consiste em trabalhar preventivamente, desde a liberação até a recuperação do crédito, estimando, segundo critérios consistentes e prudentes, limites aceitáveis de perdas e adotando índices para essa avaliação. Para manter essa exposição em níveis aceitáveis, contem políticas e estratégias documentadas em manuais.

d. Gerenciamento de capital

A Financeira quando necessário efetua junto a sua controladora operações de captação financeira. Se as condições de mercado forem alteradas, a controladora poderá disponibilizar mais ou menos recursos.

Para melhor controle e avaliação dessas necessidades, a Financeira possui estrutura de gerenciamento de capital (Resolução Bacen nº 4.557/17), prevendo entre outros, o planejamento de metas e projeções de capital, de ativos, passivos, receitas e despesas, as ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios, bem como metas de crescimento. Bem como acompanha mensalmente sua necessidade de capital e seu PR (Patrimônio de Referência) para que este seja suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na sua carteira.

Como a Financeira não tem previsão de alteração em seus processos e produtos ela entende que não haverá necessidade de constituir um capital Complementar como prevê a Resolução CNM nº 4.955/21.

e. Risco de liquidez

Entende-se por liquidez a capacidade de uma instituição honrar seus compromissos financeiros no vencimento, incorrendo em pouca, ou nenhuma perda. E define-se como gestão do risco de liquidez, o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento disponíveis. Não importa qual o fator que inicie o colapso em uma instituição financeira, a falta de liquidez será sempre o motivo de sua falência.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Financeira deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a Financeira.

19 Limite operacional (Acordo da Basileia)

Em 31 de dezembro de 2022 a Grazziotin Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 60% (94,98% em 31 de dezembro de 2021), a Financeira possui Patrimônio de Referência (PRs5) acima do mínimo exigido de 15% do montante do RWAs5, composto pela exposição ao risco de exposição em ouro, moeda estrangeira e exposição cambial, risco de crédito e risco operacional, conforme Resolução nº 4.606/17 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos complementares.

Ressaltamos que com relação as suas operações a Financeira vem operando com o mesmo portfólio de produtos, os quais considera que não devam sofrer ampliações de oferta ou valores de modo considerável, pois seguem sendo ofertados com exclusividade para a carteira de clientes internos da Financeira, neste sentido, a Financeira entende que o risco é considerado baixo pelos fatores que seguem: valores médios de financiamento são baixos e respeitam a capacidade financeira de cada cliente; as políticas de concessão de crédito ao cliente se baseiam no seu próprio histórico junto a Financeira; prazo de pagamento é limitado. Em função destes produtos já possuem histórico na Financeira, sua análise está baseada nos resultados e índices efetivos.

A administração segue gerindo e acompanhando a Financeira, com objetivo de crescimento ponderado e contínuo.

20 Eventos Subsequentes

Entre janeiro e março de 2023 a Financeira não registrou nenhum evento subsequente relevante.

Renata Grazziotin
Presidente

Claudecir Luis Brum
Diretor Financeiro

Rudinéia Giaretta
Contadora
CRC 067723-RS